



ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), BRASIL E UNIVERSIDADE CENTRAL DO VALLE DO CAUCA (UCEVA)	ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), BRASIL Y LA UNIDAD CENTRAL DEL VALLE DEL CAUCA (UCEVA)
<p>A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pessoa jurídica de direito público, autarquia federal de regime especial, constituída pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, CNPJ n. 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil representada por seu Secretário de Relações Internacionais, Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, nos termos da Portaria n. 1030/2023/GR de 11 de maio de 2023, publicada no Boletim Oficial n. 89/2023, de 12 de maio de 2023, doravante designada UFSC e a (UCEVA), constituída pelo Acuerdo 24 de 1971 do Conceio Municipal de Tulua, com sede em Tulua Valle do Cauca, Colômbia, representada por Juan Carlos Urriago Fontal, nomeado por meio de Resolución de designación 001 del 26 de marzo de 2022, doravante designada UCEVA.</p> <p>CONSIDERANDO</p> <p>O desejo de expandirem suas relações acadêmicas e estimular a troca de conhecimento</p> <p>As vantagens do desenvolvimento de atividades de interesse recíproco em regime de mútua cooperação</p> <p>RESOLVEM</p> <p>Celebrar ACORDO DE COOPERAÇÃO, segundo as cláusulas seguintes:</p> <p>Cláusula Primeira – Das atividades conjuntas</p> <p>1.1 Os partícipes comprometem-se em prover os meios necessários para a realização conjunta das seguintes atividades, em todas as áreas do conhecimento em comum:</p> <p>a. mobilidade acadêmica de estudantes de</p>	<p>La Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), personalidad jurídica de derecho público, autarquía federal de régimen especial, constituida por la Ley nº 3.849, del 18 de diciembre de 1960, CIF (Código de Identificación Fiscal) nº 83.899.526/0001-82, con sede en el Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, en Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, representada por su Secretario de Relaciones Internacionales, Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, en cumplimiento de la Ordenanza n. 1030/2023/GR del 11 de mayo de 2023, publicado en el Boletín Oficial n. 89/2023, de 12 de mayo de 2023, en adelante designada UFSC y la UCEVA, constituida mediante Acuerdo 24 de 1971 emanado por el Concejo Municipal de Tuluá, con sede en Tuluá, Valle del Cauca, Colombia, representada por Juan Carlos Urriago Fontal nombrado por intermedio de Resolución de designación 001 del 06 de marzo de 2020 en adelante designada UCEVA.</p> <p>CONSIDERANDO</p> <p>El deseo de expandir sus relaciones académicas y estimular el intercambio de conocimiento</p> <p>Las ventajas del desarrollo de actividades de interés recíproco en régimen de mutua cooperación</p> <p>RESUELVEN</p> <p>Celebrar ACUERDO DE COOPERACIÓN, al cual sujetan las siguientes cláusulas:</p> <p>Cláusula primera – De las actividades conjuntas</p> <p>1.1 Los partícipes asumen el compromiso de</p>

<p>graduação e pós-graduação, professores, pesquisadores e pessoal administrativo;</p> <p>b. projetos e atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;</p> <p>c. colaboração e participação em seminários, palestras, simpósios e encontros acadêmicos;</p> <p>d. programas acadêmicos especiais de curta duração;</p> <p>e. programas de ensino de graduação e pós-graduação, incluindo doutoramento;</p> <p>f. dupla-diplomação;</p> <p>g. cotutela.</p> <p>1.2 O desenvolvimento de uma ou mais atividades descritas nesta cláusula depende de prévia aprovação pelos partícipes do objeto a ser executado; das etapas ou fases de execução; do plano de aplicação dos recursos financeiros e do cronograma de desembolso, se houver; dos papéis e responsabilidades de cada um dos partícipes; e de previsão de início e fim da execução do objeto e das etapas ou fases programadas.</p> <p>1.3 Independentem de qualquer outra solenidade as atividades a que se referem as subcláusulas 1.1a, 1.1c, 1.1d e 1.1e que se deem por intermédio de programas aos quais ambos os partícipes tenham adesão.</p> <p>1.4 As atividades a que se referem as subcláusulas 1.1b, 1.1f e 1.1g dependem de acordo específico escrito firmado pelos representantes de ambos os partícipes descrevendo os termos e as condições. Uma vez vigentes esses acordos específicos, eles passam a ser considerados independentes em relação a este Acordo e serão regidos pelos termos e condições que estabelecerem.</p> <p>Cláusula Segunda – Da coordenação e da administração deste acordo</p> <p>2.1 Cada um dos partícipes designará um coordenador local com atribuição de organizar as atividades relacionadas a este Acordo, avaliar o cumprimento do programa de trabalho e, quando for o caso, buscar o financiamento adequado às atividades.</p> <p>2.2 Compete à Secretaria de Relações</p>	<p>proveer los medios necesarios para la realización conjunta de las siguientes actividades, en todas las áreas de conocimiento en común:</p> <p>a. movilidad académica de estudiantes de grado y posgrado, profesores, investigadores y personal administrativo.</p> <p>b. proyectos y actividades de investigación, enseñanza, extensión y gestión universitaria;</p> <p>c. colaboración y participación en seminarios, conferencias, simposios y encuentros académicos;</p> <p>d. programas académicos especiales de corta duración;</p> <p>e. programas de enseñanza de grado y posgrado, incluyendo el doctoramiento;</p> <p>f. Doble certificación;</p> <p>g. cotutela;</p> <p>1.2 El desarrollo de una o más actividades descritas en esta cláusula depende de la aprobación previa por parte de los participantes del objeto a realizar; las etapas o fases de ejecución; el plan de aplicación de los recursos financieros y el calendario de desembolsos, si lo hubiere; los roles y responsabilidades de cada uno de los participantes; y pronosticar el inicio y fin de la ejecución del objeto y las etapas o fases programadas.</p> <p>1.3 independen de cualquier otra solemnidad las actividades a que hacen referencia las subcláusulas 1.1a, 1.1c, 1.1d y 1.1e que ocurran por intermedio de programas a los que ambos signatarios hayan hecho adhesión.</p> <p>1.4 Las actividades a que se refieren las subcláusulas 1.1b, 1.1f y 1.1g dependen del acuerdo específico escrito, firmado por ambos representantes, describiendo los términos y las condiciones. Una vez vigentes esos convenios específicos pasan a ser considerados independientes en relación con este Acuerdo y serán regidos por los términos y condiciones que se establezcan.</p> <p>Cláusula Segunda – De la coordinación y administración de este Acuerdo</p> <p>2.1 Cada uno de los signatarios designará un coordinador local con el objetivo de organizar las actividades relacionadas con este Acuerdo,</p>
---	---

<p>Internacionais, pela UFSC, e à Endereço n de Internacionalização, pela UCEVA:</p> <p>I. receber, analisar, transmitir e acompanhar do cumprimento dos pedidos relativos a este Acordo junto ao outro partícipe; e</p> <p>II. garantir ao outro partícipe, por meio da chancela, os poderes de representação dos signatários dos documentos oficiais em conformidade com os regulamentos internos da instituição.</p> <p>2.3 Serão presumidos legítimos os atos transmitidos à outra parte por meio dos órgãos indicados na subcláusula anterior.</p> <p>2.4 É facultado aos partícipes:</p> <p>I. delegar os poderes de representação aos seus órgãos administrativos na execução deste Acordo;</p> <p>II. acordar o desenvolvimento das atividades previstas na Cláusula Primeira, com exceção das subcláusulas 1.1b, 1.1f e 1.1g, por meio de troca de correspondências entre as áreas acadêmicas de cada um dos partícipes diretamente interessadas.</p> <p>2.5 A designação e substituição do coordenador local, do órgão ou pessoa referida na subcláusula 2.2 e do delegatário, conforme subcláusula 2.4, terão efeito na data em que a outra parte receber a notificação por escrito.</p> <p>Cláusula Terceira – Dos Direitos de Propriedade Intelectual</p> <p>3.1 Os partícipes concordam em respeitar os direitos de propriedade intelectual do outro. Quando qualquer atividade realizada sob este Acordo requerer acesso, compartilhamento ou transferência de tecnologia de um partícipe a outro, eles entrarão em acordo escrito sobre as condições desse acesso, compartilhamento ou transferência.</p> <p>3.2 Os partícipes acordarão por escrito em separado sobre os direitos de propriedade intelectual que sejam resultado de cooperação em pesquisa ou outra atividade sob este Acordo. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual e a partilha dos resultados serão compatíveis com as políticas</p>	<p>avaliar el cumplimiento del programa de trabajo y, cuando sea el caso, buscar el financiamiento adecuado a las actividades.</p> <p>2.2 Le compete a la Secretaria de Relaciones Internacionales, por la UFSC, y a la Dirección de Internacionalización, por la UCEVA:</p> <p>I. recibir, analizar, transmitir y acompañar el cumplimiento de los pedidos relativos a este Acuerdo junto al otro partícipe; y,</p> <p>II. garantizar a la otra parte, por medio de sello, los poderes de representación de los signatarios de los documentos oficiales de conformidad con los reglamentos internos de la institución.</p> <p>2.3 Serán presumidos legítimos los actos transmitidos al otro signatario por intermedio de los órganos indicados en la subcláusula anterior.</p> <p>2.4 Se les faculta a las partes:</p> <p>I. delegar poderes de representación a sus órganos administrativos en la ejecución de este Acuerdo;</p> <p>II. acordar el desarrollo de las actividades previstas en la Cláusula Primera, a excepción de las subcláusulas 1.1b, 1.1f y 1.1g, por intermedio de intercambio de correspondencias entre las áreas académicas de cada uno de los partícipes directamente interesados.</p> <p>2.5 La designación y la sustitución del coordinador local, del órgano, o persona referida en la subcláusula 2.2 y del delegatario, según la subcláusula 2.4, tendrán efecto en la fecha en que la otra parte sea informada por escrito.</p> <p>Cláusula Tercera – De los Derechos de la Propiedad Intelectual</p> <p>3.1 Los partícipes concuerdan en respetar los derechos de propiedad intelectual del otro. Cuando cualquier actividad realizada bajo este Acuerdo requiera acceso, coparticipación o transferencia de tecnología de un partícipe al otro, ellos entrarán en acuerdo escrito acerca de las condiciones de ese acceso, coparticipación o transferencia.</p> <p>3.2 Los partícipes se pondrán en acuerdo por escrito, separadamente, sobre los derechos</p>
--	---

<p>oficialmente estabelecidas de ambos os partícipes e com acordos internacionais e leis nacionais relevantes.</p> <p>3.3 O partícipe comunicará o outro da ocorrência de resultados protegíveis por propriedade intelectual em prazo adequado.</p> <p>3.4 Os partícipes observarão as condições de sigilo estabelecidas em suas legislações nacionais, assim como nos acordos internacionais, em especial o Artigo 39 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.</p> <p>Cláusula Quarta – Dos recursos</p> <p>4.1 Os partícipes prestarão o apoio administrativo necessários para que as atividades desenvolvidas sob este Acordo atendam às expectativas de ambos.</p> <p>4.2 Ressalvada a possibilidade de acordo específico, este Acordo não obriga a nenhum tipo de contrapartida financeira entre os partícipes ou ao financiamento das atividades de cooperação. Os partícipes buscarão auxílio financeiro através de órgãos de fomento ou outras fontes financiadoras, se necessário.</p> <p>Cláusula Quinta – Da responsabilidade financeira</p> <p>5.1 Todas as responsabilidades relacionadas à mobilidade acadêmica, como obtenção de visto, passaporte, passagens, estadia, transporte, alimentação e moradia, serão de responsabilidade dos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo independentemente de receberem, ou não, bolsa ou apoio financeiro.</p> <p>5.2 Os recursos para financiar a permanência dos professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo poderão advir de órgãos de fomento do país de origem ou do país anfitrião.</p> <p>5.3 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo em atividades de mobilidade acadêmica não pagarão taxas no partícipe que seja a Instituição Anfitriã, exceção feita a atividades</p>	<p>de propiedad intelectual que sean resultado de cooperación en investigación u otra actividad bajo este Acuerdo. La titularidad de los derechos de propiedad intelectual y el compartir los resultados serán compatibles con las políticas oficialmente establecidas por los partícipes y con acuerdos internacionales y leyes nacionales pertinentes.</p> <p>3.3 El partícipe comunicará al otro acerca de la ocurrencia de resultados protegibles por propiedad intelectual en el plazo adecuado.</p> <p>3.4 Los partícipes observarán las condiciones de sigilo establecidas en sus legislaciones nacionales, así como en los acuerdos internacionales, en especial, el Artículo 39 del Acuerdo sobre Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados con el Comercio.</p> <p>Cláusula Cuarta – De los recursos</p> <p>4.1 Los partícipes prestarán apoyo administrativo necesario para que las actividades desarrolladas bajo este Acuerdo respondan a las expectativas.</p> <p>4.2 Exceptuándose la posibilidad de acuerdo específico, este Acuerdo no obliga a ningún tipo de contrapartida financiera entre los partícipes o al financiamiento de las actividades de cooperación. Los partícipes buscarán auxilio financiero por intermedio de órganos de fomento u otras fuentes de financiamiento, si se hace necesario.</p> <p>Cláusula Quinta – De la responsabilidad financiera</p> <p>5.1 Todas las responsabilidades relacionadas con la movilidad académica, como obtención de la visa, pasaporte, billetes, estancia, transporte, alimentación y vivienda, serán de responsabilidad de los estudiantes, profesores, investigadores, personal técnico y administrativo independentemente de haber recibido, o no, beca o apoyo financiero.</p> <p>5.2 Los recursos para financiar la estancia de docentes, investigadores y personal técnico y administrativo podrán advenir de órganos de fomento en el país de origen o del país anfitrión.</p>
---	---

<p>de extensão, cursos extracurriculares ou outras atividades não regulares.</p> <p>5.4 É facultado à instituição de origem cobrar as suas taxas durante o período da mobilidade acadêmica, caso houver, de acordo com suas políticas e regulamentações.</p> <p>Cláusula Sexta – Do seguro de saúde, acidentes e repatriação</p> <p>6.1 Os estudantes, professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo aprovados pela Instituição Anfitriã contratarão o seguro de saúde, acidentes e repatriação que ela exigir, válido no país de destino e por todo o período da mobilidade.</p> <p>Cláusula Sétima – Da mobilidade acadêmica de estudantes</p> <p>7.1 Cada partícipe selecionará por seus próprios critérios os estudantes para mobilidade acadêmica. A Instituição Anfitriã receberá as candidaturas dentro do prazo estabelecido e repassar-lhes-á aos seus respectivos órgãos administrativos e acadêmicos para análise e decisão sobre a aceitação.</p> <p>7.2 Cada partícipe designará até 5 (cinco) estudantes por ano para realizar mobilidade acadêmica. Este número poderá variar, a cada ano, após análise e negociação entre as Instituições.</p> <p>7.3 A cada estudante será permitido, no máximo, dois semestres de mobilidade acadêmica, consecutivos ou não.</p> <p>7.4 A Instituição Anfitriã encaminhará carta de aceite aos estudantes que tiverem suas candidaturas aprovadas. Esta carta deverá ser enviada com antecedência suficiente para que o estudante obtenha o visto adequado ainda em seu país de origem. Nenhum estudante será matriculado na Instituição Anfitriã sem o visto adequado.</p> <p>7.5 Os estudantes de mobilidade acadêmica poderão matricular-se em qualquer departamento da Instituição Anfitriã desde que reúnam os requisitos necessários e</p>	<p>5.3 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo en actividades de movilidad académica no abonarán tasas en el partícipe que sea la Institución Anfitriona, excepto si esas actividades son de extensión, cursos extracurriculares u otras actividades no regulares.</p> <p>5.4 Se le faculta a la institución de origen cobrar tasas durante el período de la movilidad académica, caso las haya, de conformidad con sus políticas y reglamentos.</p> <p>Cláusula Sexta – Del seguro de salud, accidentes y repatriación</p> <p>6.1 Los estudiantes, docentes, investigadores y personal técnico y administrativo aprobados por la Institución Anfitriona contratarán el seguro salud, accidentes y repatriación que lo exija ella, que sea válido en el país de destino y durante todo el período de movilidad.</p> <p>Cláusula Séptima – De la movilidad académica de estudiantes</p> <p>7.1 Cada parte seleccionará, según criterios suyos, los estudiantes para movilidad académica. La Institución Anfitriona recibirá las candidaturas dentro del plazo determinado y las transmitirá a sus respectivos órganos administrativos y académicos para análisis y decisión sobre la aceptación.</p> <p>7.2 Cada partícipe designará hasta 5 (cinco) estudiantes al año para realizar movilidad académica. Este número podrá variar, a cada año, tras análisis y negociación entre las instituciones.</p> <p>7.3 A cada estudiante se le permitirá, como máximo, dos semestres, consecutivos o no, de movilidad académica.</p> <p>7.4 La Institución Anfitriona enviará carta de aceptación a los estudiantes que tengan sus candidaturas aprobados. Esta carta deberá ser enviada con suficiente antelación, a fin de que el estudiante obtenga la visa adecuada aun en su país de origen. Ningún estudiante</p>
--	--

<p>cumpram com as exigências estabelecidas.</p> <p>7.6 A Instituição Anfitriã proporcionará assessoramento acadêmico, prestará informações pertinentes ao período de intercâmbio e fornecerá certificado de aproveitamento acadêmico aos estudantes de mobilidade acadêmica ao término das disciplinas realizadas durante o período em que estiverem na Instituição Anfitriã.</p> <p>7.7 A Instituição Anfitriã auxiliará os estudantes de mobilidade acadêmica a encontrar moradia. Não lhe será obrigatório, no entanto, ceder vaga em residência universitária ou em qualquer outro tipo de moradia ou fornecer subsídio com a finalidade de moradia.</p> <p>7.8 Os estudantes de mobilidade acadêmica que pretendam realizar estágio através da Instituição Anfitriã deverão responsabilizar-se por arranjar antecipadamente o local de seu estágio, professor orientador e cumprir com os regulamentos, contratos, termos de compromisso ou termos de estágio, exigidos pela Instituição Anfitriã.</p> <p>7.9 Os estudantes em mobilidade acadêmica têm os mesmos direitos e responsabilidades que a Instituição Anfitriã reserve aos seus próprios estudantes. A Instituição de Origem será imediatamente informada na eventualidade de um dos seus estudantes incorrer em incumprimento.</p> <p>Cláusula Oitava – Das condições para a mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo</p> <p>8.1 A mobilidade acadêmica de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo dar-se-á por acordo dos partícipes. A seleção ocorrerá pela Instituição de Origem ou a convite da Instituição Anfitriã.</p> <p>8.2 A Instituição Anfitriã fornecerá certificado aos professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo como comprovação das atividades realizadas durante o período de sua permanência.</p>	<p>será matriculado en la Institución de Acogida sin la visa adecuada.</p> <p>7.5 Los estudiantes de movilidad académica podrán matricularse en cualquier facultad de la Institución de Acogida, la condición es que reúnan los requisitos necesarios y cumplan las exigencias establecidas.</p> <p>7.6 La Institución de Acogida ofrecerá asesamiento académico, prestará las informaciones correspondientes al período de intercambio y emitirá certificado de aprovechamiento académico/calificación a los estudiantes de movilidad académica, cuando estos hayan terminado las asignaturas cursadas durante su período de permanencia en la Institución Anfitriona.</p> <p>7.7 La Institución de Acogida prestará auxilio a los estudiantes de movilidad académica en la búsqueda de vivienda. Sin embargo, no le constituye obligación a la Institución Anfitriona ceder plaza en residencia universitaria o en cualquier otro tipo de vivienda o fornecer subsidio con la finalidad de alojamiento.</p> <p>7.8 Los estudiantes de movilidad académica que deseen realizar la práctica por intermedio de la Institución Anfitriona deberán responsabilizarse de indicar anticipadamente el local en el que se dará su práctica, el profesor tutor y cumplir con los reglamentos, contratos, términos de responsabilidad o términos de práctica, exigidos por la Institución Anfitriona / de Acogida.</p> <p>7.9 Los estudiantes en movilidad académica tienen los mismos derechos y responsabilidades que los estudiantes de la Institución de Acogida. La Institución de Origen deberá ser inmediatamente informada de eventualidades por parte de cualquiera de sus estudiantes, en caso de que incurran en incumplimiento.</p> <p>Cláusula Octava – De las condiciones para la movilidad académica de profesores, investigadores y personal técnico y administrativo</p> <p>8.1 La movilidad académica de profesores,</p>
---	--

<p>Cláusula Nona – Da responsabilidade civil</p> <p>9.1 Os partícipes não são responsáveis por danos causados ao outro partícipe pelos estudantes, professores, pesquisadores ou pessoal técnico-administrativo que enviarem como Instituição de Origem.</p> <p>Cláusula Dez – Das Alterações e vigência</p> <p>10.1 É facultado aos partícipes a alteração deste Acordo no decorrer de sua vigência mediante acordo específico entre os partícipes conforme as mesmas solenidades de sua assinatura.</p> <p>10.2 Este Acordo terá vigência de cinco anos contados da data da última assinatura.</p> <p>Cláusula Onze – Da denúncia e da rescisão</p> <p>11.1 É facultado aos partícipes denunciar este Acordo a qualquer tempo mediante notificação ao outro partícipe.</p> <p>11.2 A denúncia produzirá efeitos no sexagésimo primeiro dia do recebimento da notificação pela outra parte.</p> <p>11.3 A denúncia é retratável enquanto não escoado o prazo previsto na subcláusula anterior.</p> <p>11.4 É facultado aos partícipes rescindir este Acordo por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. A rescisão terá efeito imediato.</p> <p>11.5 A menos que expressamente indicado no ato de denúncia ou de rescisão, elas não prejudicarão as atividades em andamento, que continuarão regidas por este Acordo até as suas conclusões.</p> <p>Cláusula Doze – Da interpretação, dos casos omissos e da solução de controvérsias</p> <p>12.1 As partes executarão e interpretarão este Acordo conforme a boa-fé.</p> <p>12.2 Os casos omissos e as controvérsias na interpretação e aplicação deste Acordo, incluídos os casos de foro competente e legislação aplicável, serão examinadas e resolvidas por comissão paritária de membros indicados pelos representantes dos partícipes.</p>	<p>investigadores y personal técnico y administrativo se hará por intermedio de acuerdo entre los partícipes. La selectividad será hecha o por la Institución de Origen o por invitación Anfitriona.</p> <p>8.2 La Institución Anfitriona emitirá certificado a los profesores, investigadores o personal técnico y administrativo como comprobación de las actividades realizadas durante el período de su estancia.</p> <p>Cláusula Novena – De la responsabilidad civil</p> <p>9.1 Los partícipes no se hacen responsables de daños causados al otro partícipe, sea por los estudiantes, docentes, investigadores o por el personal técnico y administrativo que hayan sido enviados como Institución de Origen.</p> <p>Cláusula Décima – De las Alteraciones y Vigencia</p> <p>10.1 Se les faculta a los partícipes la alteración de este Acuerdo en el transcurso de su vigencia mediante acuerdo específico entre los partícipes, según las mismas solemnidades de su firma.</p> <p>10.2 Este Acuerdo tendrá vigencia de cinco años a partir de la fecha de su firma.</p> <p>Cláusula once – De la denuncia y la rescisión</p> <p>11.1 Se les faculta a los partícipes denunciar este Acuerdo a cualquier momento mediante notificación al otro partícipe.</p> <p>11.2 La denuncia producirá efectos en el sexagésimo primer día de haber recibido la notificación la otra parte.</p> <p>11.3 La denuncia es retractable mientras no se haya transcurrido el plazo previsto en la subcláusula anterior.</p> <p>11.4 Se les faculta a las partes rescindir este Acuerdo por incumplimiento de cualquiera de sus cláusulas o condiciones. La rescisión tendrá efecto inmediato.</p> <p>11.5 A menos que esté expresamente indicado en el acto de denuncia o de rescisión, ella no perjudicará las actividades</p>
---	--

<p>12.3 Os partícipes não iniciarão litígio sem que os procedimentos de solução consensual para controvérsias tenham se encerrado sem sucesso, com exceção dos casos em que a medida desejada não possa razoavelmente esperar os tempos do procedimento de solução consensual.</p> <p>Cláusula Treze – Da eficácia e da publicação</p> <p>13.1 Este Acordo terá eficácia a partir da data da última assinatura.</p> <p>13.2 Os partícipes publicarão este Acordo em conformidade com as leis de seus países.</p> <p>13.3 Se a lei nacional de um dos partícipes condicionar a eficácia ou a validade deste Acordo à providência adicional não prevista neste Acordo, ele comunicará o outro imediatamente.</p> <p>Cláusula Catorze – Da legitimidade dos signatários</p> <p>14.1 Os signatários afirmam possuir a legitimidade e os poderes de representação do respectivo partícipe em conformidade com as leis de seu país.</p> <p>Este Acordo será firmado em duas vias de igual forma e teor. Cada partícipe manterá uma via original.</p>	<p>que este se estén desarrollando, las cuales seguirán regidas por este Acuerdo hasta que se concluyan.</p> <p>Cláusula doce – De la interpretación, de los casos omisos y de la solución de controversias</p> <p>12.1 Las partes ejecutarán e interpretarán este Acuerdo conforme la buena fe.</p> <p>12.2 Los casos omisos y las controversias en la interpretación y aplicación de este Acuerdo, incluidos los casos de foro competente y legislación aplicable, serán analizados y solucionados por una comisión paritaria de miembros indicados por los representantes de ambos.</p> <p>12.3 Los partícipes no iniciarán litigio sin que los procedimientos de solución consensuada para controversias se hayan finalizado sin éxito, a excepción de los casos en que la medida que se desea no pueda, razonablemente, esperar el momento del procedimiento de solución consensuada.</p> <p>Cláusula Trece– De la eficacia y de la publicación</p> <p>13.1 Este Acuerdo tendrá eficacia a partir de la fecha de su última firma.</p> <p>13.2 Los partícipes publicarán este Acuerdo de conformidad con las leyes de sus países.</p> <p>13.3 Cuando la ley nacional de uno de los partícipes condicione la eficacia o la validez de este Acuerdo a providencia adicional no prevista en este Acuerdo, el partícipe deberá comunicarle al otro inmediatamente.</p> <p>Cláusula Catorce – De la legitimidad de los signatarios</p> <p>14.1 Los signatarios afirman poseer la legitimidad y los poderes de representación del respectivo partícipe de conformidad con las leyes de su país.</p> <p>Este Acuerdo será firmado en dos vías de igual forma y tenor. Cada partícipe recibirá una via original.</p>
--	---

Florianópolis, 28/08/2023

Tuluá, 28/08/2023

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Secretario de Relaciones Internacionales de UFSC



PhD. Juan Carlos Urrago Fontal
Rector UCEVA